

MARINHA DO BRASIL
SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

*Concurso Público para ingresso no Quadro Técnico do
Corpo Auxiliar da Marinha
CP-T/2023*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

QUESTÃO 1

Em conformidade com a NORMAM-02/DPC, os produtos perigosos são divididos em classes de acordo com suas características. Desse modo, assinale a opção correta:

- (A) Classe 1 - explosivos; Classe 2 - gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão; Classe 3 - líquidos inflamáveis; Classe 4 - sólidos inflamáveis; Classe 5 - substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos; Classe 6 - substâncias tóxicas ou infectantes; Classe 7 - substâncias radioativas; Classe 8 - substâncias corrosivas; e Classe 9 - substâncias e materiais perigosos diversos.
- (B) Classe 1 - explosivos; Classe 2 - líquidos inflamáveis; Classe 3 - gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão; Classe 4 - sólidos inflamáveis; Classe 5 - substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos; Classe 6 - substâncias tóxicas ou infectantes; Classe 7 - substâncias radioativas; Classe 8 - substâncias e materiais perigosos diversos; e Classe 9 - substâncias corrosivas.
- (C) Classe 1 - substâncias radioativas; Classe 2 - gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão; Classe 3 - líquidos inflamáveis; Classe 4 - sólidos inflamáveis; Classe 5 - substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos; Classe 6 - substâncias tóxicas ou infectantes; Classe 7 - explosivos; Classe 8 - substâncias corrosivas; e Classe 9 - substâncias e materiais perigosos diversos.
- (D) Classe 1 - explosivos; Classe 2 - gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão; Classe 3 - líquidos inflamáveis; Classe 4 - sólidos inflamáveis; Classe 5 - substâncias tóxicas ou infectantes; Classe 6 - substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos; Classe 7 - substâncias radioativas; Classe 8 - substâncias corrosivas; e Classe 9 - substâncias e materiais perigosos diversos.
- (E) Classe 1 - explosivos; Classe 2 - gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão; Classe 3 - líquidos inflamáveis; Classe 4 - sólidos inflamáveis; Classe 5 - substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos; Classe 6 - substâncias tóxicas ou infectantes; Classe 7 - substâncias corrosivas; Classe 8 - substâncias e materiais perigosos diversos; e Classe 9 - substâncias radioativas.

QUESTÃO 2

De acordo com o art.22 da lei nº 9.966/2000, qualquer incidente ocorrido em portos organizados, instalações portuárias, dutos, navios, plataformas e suas instalações de apoio, que possa provocar poluição das águas sob jurisdição nacional, independentemente das medidas tomadas para seu controle, deverá ser diretamente comunicado:

- (A) à Diretoria de Portos e Costas, à Capitania dos Portos e ao Órgão Regulador da Indústria do Petróleo.
- (B) ao Órgão Ambiental Competente, ao Comando do Distrito Naval e à Diretoria de Portos e Costas.
- (C) à Diretoria de Portos e Costas, ao Comando do Distrito Naval e ao Órgão Regulador da Indústria do Petróleo.
- (D) ao Órgão Ambiental Competente, ao Órgão Regulador da Indústria do Petróleo e ao Comando do Distrito Naval.
- (E) ao Órgão Ambiental Competente, à Capitania dos Portos e ao Órgão Regulador da Indústria do Petróleo.

QUESTÃO 3

Segundo a lei que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, assinale a opção que apresenta corretamente um dos acidentes da navegação.

- (A) Alteração da rota.
- (B) Má estivação da carga.
- (C) Recusa injustificada de socorro à embarcação em perigo.
- (D) Água aberta.
- (E) Mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada, e a deficiência da tripulação.

QUESTÃO 4

A NORMAM-10/DPC versa sobre as Normas da Autoridade Marítima:

- (A) para obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras.
- (B) para tráfego e permanência de embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras
- (C) sobre poluição hídrica causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.
- (D) para Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) e para a Investigação de Segurança dos Acidentes e Incidentes Marítimos (ISAIM).
- (E) relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos.

QUESTÃO 5

De acordo com a NORMAM-02/DPC, qual é o prazo de validade do Título de Inscrição de Embarcação (TIE)?

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

QUESTÃO 6

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, sobre as definições estabelecidas, em conformidade com a NORMAM-08/DPC. Assinale a opção correta.

- () Operação *Ship to Barge* (STB) é a operação de transferência de petróleo e seus derivados, gases liquefeitos e químicos, como carga, entre dois navios localizados em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), excetuando-se as plataformas fixas e plataformas flutuantes. Esse tipo de operação tem como característica principal a amarração de dois navios, um a contrabordo do outro, podendo ocorrer em mar aberto (fundeados ou em movimento conjunto) ou em áreas portuárias (atracados ou fundeados).
- () Abastecimento (*Bunkering*) é a operação de fornecimento de combustíveis, por meio de transferência entre embarcações, destinado à propulsão, à operação auxiliar de uma embarcação ou à lubrificação do motor ou de suas respectivas máquinas. Esse tipo de operação poderá ocorrer dentro de uma área portuária, estando a embarcação recebedora atracada ou fundeada, com a embarcação provedora de combustíveis atracada a contrabordo.
- () Provedor de Serviço *Ship to Ship* (STS *Service Provider*) é a empresa responsável pela organização e assistência de uma operação *Ship to Ship* (STS), e geralmente inclui o fornecimento de pessoal habilitado e equipamento a ser utilizado em todo o período da operação STS.
- () Operação *Ship to Ship* (STS) é a operação de transferência de petróleo e seus derivados, gases liquefeitos e químicos, como carga, entre um navio e embarcações do tipo barcaça. Esse tipo de operação tem como característica principal a amarração das embarcações, uma a contrabordo da outra, podendo ocorrer em áreas portuárias (atracados ou fundeados). Também engloba a operação reversa, ou seja, a transferência de carga de uma barcaça para um navio.
- () Zona Contígua compreende uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

- (A) (V)(V)(V)(F)(F)
- (B) (F)(F)(V)(F)(F)
- (C) (V)(V)(F)(V)(V)
- (D) (F)(V)(V)(F)(F)
- (E) (F)(V)(V)(V)(F)

QUESTÃO 7

Considerando os preceitos da NORMAM-13/DPC, assinale a opção que apresenta caso de cancelamento de inscrição do aquaviário.

- (A) Quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de 15 (quinze) anos consecutivos.
- (B) Quando o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.
- (C) Quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez (10) anos consecutivos.
- (D) Quando o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.
- (E) Como penalidade imposta pela Autoridade Marítima Brasileira (AMB) ou seu representante.

QUESTÃO 8

Examine o trecho abaixo.

"Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, concluída em Montego Bay, Jamaica em 10 de dezembro de 1982".

Assim, o trecho acima versa sobre qual decreto?

- (A) Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002.
- (B) Decreto nº 1.530, de 22 de julho de 1982.
- (C) Decreto nº 94.536, de 29 de junho de 1987.
- (D) Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995.
- (E) Decreto nº 8.033, de 27 de julho de 2013.

QUESTÃO 9

A quem compete julgar em última instância, como representante da autoridade marítima para o meio ambiente, os recursos sobre multas aplicadas relativas ao descumprimento da NORMAM-20/DPC?

- (A) Diretor-Geral de Navegação.
- (B) Diretor de Portos e Costas.
- (C) Comandantes dos Distritos Navais.
- (D) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- (E) Comandante de Operações Navais.

QUESTÃO 10

Conforme preconizado no anexo I do decreto nº 4.136/2002, quais são os valores correspondentes a multa do GRUPO E?

- (A) R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000.000,00
- (B) R\$ 1.000,00 a R\$ 30.000.000,00
- (C) R\$ 1.000,00 a R\$ 50.000.000,00
- (D) R\$ 7.000,00 a R\$ 35.000,00
- (E) R\$ 7.000,00 a R\$ 700.000,00

QUESTÃO 11

De acordo com NORMAM-10/DPC, a qual representante da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) compete designar a comissão de peritos para avaliação das coisas ou bens resgatados quanto ao valor artístico, ao interesse histórico, cultural ou arqueológico e atribuição dos seus valores?

- (A) Chefe do Estado-Maior da Armada.
- (B) Diretor de Portos e Costas.
- (C) Comandantes dos Distritos Navais.
- (D) Comandante de Operações Navais.
- (E) Capitão dos Portos.

QUESTÃO 12

De acordo com a NORMAM-05/DPC, o prazo de validade do Certificado de Homologação, contados a partir da data de emissão, é de até:

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

QUESTÃO 13

Segundo o decreto nº 4.136/2002, dos procedimentos para aplicação das penalidades, qual o ato que marca o início do procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação pela autoridade sanitária competente do disposto na legislação específica?

- (A) Elaborar o laudo técnico.
- (B) Instaurar o inquérito administrativo para acidentes e fatos da navegação.
- (C) Propor o estudo técnico.
- (D) Assinar o termo de responsabilidade.
- (E) Lavrar o auto de infração.

QUESTÃO 14

De acordo com o decreto nº 2.596/98, agentes de manobra e docagem, pertencem a qual grupo de aquaviários?

- (A) 1º
- (B) 2º
- (C) 4º
- (D) 5º
- (E) 6º

QUESTÃO 15

Segundo a NORMAM-20/DPC, com relação aos prazos para apuração da infração ambiental, oferecida ou não a defesa, quantos dias a autoridade julgadora terá para efetuar o julgamento?

- (A) Cinco.
- (B) Dez.
- (C) Vinte.
- (D) Trinta.
- (E) Sessenta.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta sobre as definições estabelecidas na NORMAM-06/DPC.

- (A) Organização Reconhecida (OR) - Entidade Especializada autorizada para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) na regularização e controle de embarcações nos aspectos relativos à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição ambiental.
- (B) Não Conformidade - significa uma situação observada em que uma Evidência Objetiva indica o cumprimento de qualquer requisito específico. As não conformidades podem ser classificadas como leves ou graves.
- (C) Supervisão - atividade realizada pela Autoridade Marítima Brasileira (AMB) visando assegurar que o serviço de uma OR não atende aos requisitos da *International Maritime Organization (IMO)* e/ou das Normas da Autoridade Marítima.
- (D) Certificado Provisório - certificado estatutário com validade reduzida que pode ser emitido para embarcações onde foram detectadas deficiências, mas que apresentam restrições diversas que não impedem a emissão imediata dos certificados definitivos.
- (E) Observação - Evidência Objetiva que, apesar de caracterizar uma conformidade, deva ser registrada para caracterizar condição ou fato existente durante a execução de auditorias.

QUESTÃO 17

De acordo com a lei nº 9.432/97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, terá o direito de arvorar a bandeira brasileira a embarcação:

- (A) de pesca.
- (B) sob contrato de afretamento a casco nu, por empresa brasileira de navegação, condicionado à suspensão provisória de bandeira no país de origem.
- (C) de turismo.
- (D) sob contrato de afretamento a casco nu, por empresa estrangeira de navegação, condicionado à suspensão provisória de bandeira no país de origem.
- (E) sob contrato de afretamento a casco nu, condicionado à suspensão definitiva de bandeira no país de origem.

QUESTÃO 18

A NORMAM-30/DPC apresenta a estrutura do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), que é composta por: um órgão central, órgãos de execução e órgãos de apoio. Assim, assinale a opção que exemplifica corretamente os órgãos do SEPM.

- (A) Órgão Central: Diretoria-Geral de Navegação; Órgão de Execução: Base Naval de Val-de-Cães; e Órgão de Apoio: Escola Naval.
- (B) Órgão Central: Diretoria-Geral de Navegação; Órgão de Execução: Capitania Fluvial de Goiás; e Órgão de Apoio: Agência da Capitania dos Portos em Aracati.
- (C) Órgão Central: Diretoria de Portos e Costas; Órgão de Execução: Centro de Instrução Almirante Graça Aranha; e Órgão de Apoio: Agência Fluvial de Boca do Acre.
- (D) Órgão Central: Diretoria de Portos e Costas; Órgão de Execução: Capitania dos Portos de Macaé; e Órgão de Apoio: Base Naval de Aratu.
- (E) Órgão Central: Diretoria de Portos e Costas; Órgão de Execução: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; e Órgão de Apoio: Escola de Guerra Naval.

QUESTÃO 19

De acordo com a NORMAM-01/DPC: "toda embarcação ou plataforma, para sua operação segura, deverá ser guarnecida por um número mínimo de tripulantes, associado a uma distribuição qualitativa, denominada tripulação de segurança". Nesse contexto, estão isentas da emissão do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) as embarcações com arqueação bruta (AB):

- (A) menor ou igual a 10.
- (B) maior que 100.
- (C) menor ou igual a 100.
- (D) maior que 10.
- (E) menor ou igual a 50.

QUESTÃO 20

Leia o trecho abaixo:

“Termo utilizado na representação de projetos de engenharia civil, que compreende o projeto da obra, em seus múltiplos aspectos. Para efeito desta norma, significa a representação gráfica da obra com o maior número de detalhes possível, caracterizando-a perfeitamente em relação à área circunvizinha, e que possa mostrar possíveis interferências com obras já existentes mais próximas, com obras já autorizadas, com perigos à navegação e mais próximos e possíveis restrições ao tráfego aquaviário. Normalmente devem ser representadas nas escalas entre 1:500 a 1:2.000.”

De acordo com a NORMAM-11/DPC, assinale a opção que apresenta o termo explicado acima:

- (A) Projeto conceitual.
- (B) Planta final de situação.
- (C) Planta de situação.
- (D) Planta de localização.
- (E) Projeto detalhado.

QUESTÃO 21

Segundo a NORMAM-08/DPC, quem gerencia o projeto Porto sem Papel, que tem por objetivo promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, de forma a otimizar os processos de importação e exportação, a partir de um Portal de Informações Portuárias, integrando num único banco de dados as informações de interesse dos agentes de navegação e dos diversos órgãos públicos que operacionalizam e gerenciam as estadias de embarcações nos portos brasileiros?

- (A) Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
- (B) Diretoria de Portos e Costas.
- (C) Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.
- (D) Superintendência de Empresas Privadas.
- (E) Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

QUESTÃO 22

Assinale a opção que apresenta uma das atribuições do Órgão Federal de Meio Ambiente, de acordo com a lei nº 9.966/2000.

- (A) Realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, das cargas movimentadas, de natureza nociva ou perigosa, e das plataformas e suas instalações de apoio, quanto às exigências previstas no licenciamento ambiental, autuando os infratores na esfera de sua competência.
- (B) Encaminhar os dados, informações e resultados da apuração de responsabilidades ao órgão municipal de meio ambiente.
- (C) Fiscalizar navios, plataformas e suas instalações de apoio, e as cargas embarcadas, de natureza nociva ou perigosa, autuando os infratores na esfera de sua competência.
- (D) Realizar o controle ambiental e a fiscalização dos portos organizados, das instalações portuárias, estaleiros, navios, plataformas e suas instalações de apoio, avaliar os danos ambientais causados por incidentes ocorridos nessas unidades e elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão federal de meio ambiente.
- (E) Avaliar os danos ambientais causados por incidentes nas marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares, e elaborar relatório circunstanciado, encaminhando-o ao órgão estadual de meio ambiente.

QUESTÃO 23

A inscrição temporária, em conformidade com a NORMAM-04/DPC, é um ato administrativo da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) que visa ao controle de embarcação de bandeira estrangeira autorizada a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), formalizada por meio da emissão do:

- (A) Atestado de Inscrição Temporária.
- (B) Título de Inscrição de Embarcação.
- (C) Documento Provisório de Propriedade.
- (D) Certificado de Segurança da Navegação.
- (E) Registro Especial Brasileiro.

QUESTÃO 24

Para o pedido de recurso em última instância administrativa, segundo a NORMAM-03/DPC, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

"Caso não tenha sido julgado procedente o recurso e o infrator não concorde com a pena imposta, poderá ainda recorrer da decisão, através de recurso em última instância administrativa sem efeito suspensivo, dirigido ao Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário (DPC), no prazo de _____, contados da data da notificação da decisão do recurso. Essa autoridade disporá de _____ para proferir sua decisão, devidamente fundamentada."

- (A) cinco dias úteis/vinte dias
- (B) cinco dias corridos/trinta dias
- (C) sete dias úteis/trinta dias
- (D) cinco dias úteis/trinta dias
- (E) cinco dias corridos/vinte dias

QUESTÃO 25

De acordo com as normas para a Investigação de Segurança dos Acidentes e Incidentes Marítimos (ISAIM) previstos na NORMAM-09/DPC, qual documento deve ser produzido ao final da investigação?

- (A) Laudo técnico ambiental.
- (B) Anotação de responsabilidade técnica.
- (C) Memorial descritivo.
- (D) Relatório da investigação de segurança marítima.
- (E) Auto de infração.

QUESTÃO 26

Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, em conformidade com a lei nº 7.203/84, e assinale a opção correta.

- () Para efeitos desta lei, a expressão "salvador" significa todo aquele que presta, prestou ou irá prestar serviço de assistência e salvamento.
- () Prescreve em 3 (três) anos a ação de qualquer salvador para exigir a remuneração pelos serviços prestados, contados do dia em que terminarem as operações de assistência e salvamento.
- () Quando a assistência e salvamento ocorrerem em águas sob jurisdição nacional e existir envolvimento de embarcação brasileira nessa operação, a competência para julgar questões pertinentes ou decorrentes desse salvamento é da responsabilidade de tribunal brasileiro.
- () Para efeitos desta lei, a expressão "salvamento", quando empregada isoladamente, tem o mesmo significado que a expressão "socorro e salvamento".
- () O Comandante da embarcação envidará o melhor de seus esforços para obter êxito nas inspeções navais e evitar danos decorrentes a terceiros e ao meio ambiente.

- (A) (V)(V)(V)(F)(V)
- (B) (V)(F)(V)(V)(V)
- (C) (V)(F)(V)(F)(F)
- (D) (F)(V)(F)(F)(V)
- (E) (V)(F)(V)(V)(F)

QUESTÃO 27

Segundo a NORMAM-13/DPC, qual é o documento hábil, obrigatório, para embarcações empregadas na navegação em mar aberto e interior, e serve para garantir os direitos decorrentes dos embarques e desembarques de tripulantes verificados em uma única embarcação?

- (A) Rol de equipagem.
- (B) Rol portuário.
- (C) Atestado de avaliação técnico profissional.
- (D) Caderneta de inscrição e registro.
- (E) Livro de registro do mergulhador.

QUESTÃO 28

Conforme estabelecido na lei nº 9.966/2000, correlacione os termos com as suas definições e assinale a opção correta.

TERMOS

- I- Alijamento
- II- Plano de Contingência
- III- Autoridade Marítima
- IV- Porto Organizado
- V- Plano de Emergência

DEFINIÇÕES

- () Porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.
 - () Todo despejo deliberado de resíduos ou outras substâncias efetuado por embarcações, plataformas, aeronaves e outras instalações, inclusive seu afundamento intencional em águas sob jurisdição nacional.
 - () Conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, bem como definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, ao controle e ao combate à poluição das águas.
 - () Conjunto de procedimentos e ações que visam à integração dos diversos planos de emergência setoriais, bem como a definição dos recursos humanos, materiais e equipamentos complementares para a prevenção, o controle e o combate da poluição das águas.
 - () Autoridade exercida diretamente pelo Comandante da Marinha, responsável pela salvaguarda da vida humana e segurança da navegação do mar aberto e hidrovias interiores, bem como pela prevenção da poluição ambiental causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio.
 - () Autoridade responsável pela administração do porto organizado, competindo-lhe fiscalizar as operações portuárias e zelar para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente.
- (A) (I) (IV) (-) (V) (II) (III)
(B) (I) (IV) (II) (V) (III) (-)
(C) (IV) (I) (V) (II) (III) (-)
(D) (IV) (I) (II) (V) (III) (-)
(E) (IV) (II) (-) (I) (V) (III)

QUESTÃO 29

Segundo a NORMAM-15/DPC, a pressão do teste hidrostático da Câmara Hiperbárica (CH) deverá respeitar as determinações estabelecidas na norma técnica utilizada no seu projeto e construção. Na ausência do projeto de construção, o teste deverá ser efetuado a uma pressão de:

- (A) 6,5 vezes a pressão máxima de trabalho.
- (B) 5,5 vezes a pressão máxima de trabalho.
- (C) 4,5 vezes a pressão máxima de trabalho.
- (D) 2,5 vezes a pressão máxima de trabalho.
- (E) 1,5 vez a pressão máxima de trabalho.

QUESTÃO 30

A NORMAM-05/DPC tem como propósito estabelecer normas, requisitos de fabricação, testes de avaliação e procedimentos para homologação de material, embalagem para transporte de produtos perigosos e autorização para funcionamento de estações de manutenção de equipamentos de salvatagem. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta as informações contidas no catálogo de material homologado.

- (A) Tipo de material; número do Certificado de Arqueação; data de validade do Certificado de Homologação; e relação dos fabricantes.
- (B) Tipo de material; número do Certificado de Homologação; data de validade do Certificado de Homologação; e relação dos fabricantes.
- (C) Tipo de material; número do Certificado de Homologação; data de validade do Certificado de Homologação; e relação dos produtos homologados.
- (D) Categoria do material; número do Certificado de Homologação; data de validade do Certificado de Homologação; e relação dos fabricantes.
- (E) Categoria do material; número do Certificado de Homologação; data de validade do Certificado de Homologação; e relação dos produtos homologados.

QUESTÃO 31

Segundo as Normas da Autoridade Marítima para Atividades Subaquáticas, assinale a opção que apresenta uma das obrigações da empresa de mergulho contratada.

- (A) Disponibilizar todos os meios necessários ao atendimento em casos de emergência, quando solicitado pela empresa de mergulho contratada.
- (B) Indicar por escrito os componentes da equipe de mergulho e suas funções.
- (C) Manter-se atualizada e em conformidade com o estabelecido em normas específicas do Órgão do Governo Federal que trata dos assuntos relativos ao Trabalho, e do Ministério da Saúde.
- (D) Assinar a APR juntamente com o supervisor de mergulho.
- (E) Utilizar os meios adequados para informar às embarcações próximas a realização das operações de mergulho.

QUESTÃO 32

De acordo com o art. 25 da lei nº 9.537/97, as infrações são passíveis de penalidades. Assinale a opção que apresenta todas as penalidades cabíveis.

- (A) Multa e suspensão imediata das atividades da empresa transportadora em situação irregular.
- (B) Multa, suspensão do certificado de habilitação e demolição de obras e benfeitorias.
- (C) Multa, suspensão do certificado de habilitação, cancelamento do certificado de habilitação e demolição de obras e benfeitorias.
- (D) Multa e suspensão da autorização para operar, por prazo de até seis meses.
- (E) Multa, suspensão do certificado de habilitação, cancelamento da inscrição da embarcação miúda e demolição de obras.

QUESTÃO 33

No que concerne à NORMAM-11/DPC, o parecer de obras da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) está dividido em: Parecer de Interferência Prévia (PIP) e Parecer Provisório de Obras (PPO). Assim, assinale a opção que apresenta a validade do PIP e do PPO, respectivamente.

- (A) Quatro anos e cinco meses.
- (B) Quatro anos e seis meses.
- (C) Cinco anos e quatro meses.
- (D) Seis anos e quatro meses.
- (E) Seis anos e seis meses.

QUESTÃO 34

Conforme a NORMAM-25/DHN, assinale a opção que apresenta o prazo que a entidade executante (EE) infratora terá, a partir da data do recebimento da comunicação formal de aplicação da sanção, para interpor recurso em primeira instância e a quem deve ser encaminhado o recurso para decisão.

- (A) Até oito dias úteis e Diretor da DHN.
- (B) Até oito dias corridos e Diretor do CHM.
- (C) Até quinze dias úteis e Diretor da DHN.
- (D) Até quinze dias úteis e Diretor do CHM.
- (E) Até quinze dias corridos e Diretor da DHN.

QUESTÃO 35

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à NORMAM-01/DPC.

- I- Área Marítima A1 - uma área, dentro da cobertura radiotelefônica de, no máximo, uma estação costeira de VHF que disponha de um alerta contínuo DSC, situada a até 30 milhas náuticas de distância da costa.
- II- Área Marítima A2 - uma área, excluída a área marítima A1, dentro da cobertura radiotelefônica de, pelo menos, uma estação costeira de MF que disponha de um alerta contínuo DSC, situada entre 30 e 100 milhas náuticas de distância da costa.
- III- Área Marítima A3 - uma área, excluídas as áreas A1 e A2, dentro da cobertura de um satélite INMARSAT que disponha de um alerta contínuo DSC, situada além das 100 milhas náuticas de distância da costa e entre os paralelos 70°N e 70°S.
- IV- Área Marítima A4 - uma área fora das áreas A2 e A3.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas a afirmativa III é verdadeira.
- (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

QUESTÃO 36

O inspetor naval, quando inspecionando, deve ser criterioso e cuidadoso para evitar que o navio seja indevidamente detido ou atrasado. O principal propósito do *Port State Control (PSC)* é a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição no meio aquaviário. Conforme a NORMAM-04/DPC, o inspetor naval exerce a fiscalização dos navios estrangeiros nos portos por delegação do:

- (A) Comandante do Distrito Naval.
- (B) Capitão dos Portos.
- (C) Diretor de Portos e Costas.
- (D) Comandante da Marinha.
- (E) Ajudante da Capitania dos Portos.

QUESTÃO 37

De acordo com a NORMAM-03/DPC, a habilitação dos amadores será comprovada por meio da carteira de habilitação de amador (CHA). Na categoria de mestre-amador, o amador estará apto para conduzir embarcações:

- (A) entre portos nacionais e estrangeiros, sem limite de afastamento da costa, exceto moto aquática.
- (B) entre portos nacionais e estrangeiros nos limites da navegação costeira, exceto moto aquática.
- (C) nos limites da navegação interior, exceto moto aquática.
- (D) entre portos nacionais nos limites da navegação costeira, exceto moto aquática.
- (E) a vela sem propulsão a motor, nos limites da navegação interior.

QUESTÃO 38

De acordo com o estabelecido na NORMAM-15/DPC, qual é o prazo que a empresa de mergulho terá para se regularizar, após a suspensão do seu cadastro?

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

QUESTÃO 39

Em conformidade com a NORMAM-25/DHN, assinale a opção que apresenta a finalidade a que se destina o levantamento hidrográfico (LH), a qual deve ser expressa de forma clara e objetiva, por ocasião do pedido de autorização para realizá-lo.

- (A) Subsidiar proposta de definição ou alteração dos parâmetros operacionais de navegação de portos e terminais portuários, tais como: bacias de evolução e manobra; e definição de calado mínimo de operação.
- (B) Subsidiar projeto de estabelecimento ou alteração permanente de auxílios à navegação, em vias/áreas navegáveis, cartografadas e hidrografadas, de acordo com a NORMAM-26/DHN.
- (C) Atualizar batimetria com LH de "fim de dragagem" (pós-dragagem), em vias/áreas navegáveis, cartografadas e hidrografadas, de acordo com a NORMAM-10/DPC.
- (D) Georreferenciar qualquer obra sobre, sob e às margens das AJB, em vias/áreas navegáveis, cartografadas e hidrografadas, tal como: pontes, instalações portuárias, píeres, cabos, dutos submarinos etc., de acordo com a NORMAM-11/DHN.
- (E) Posicionar pontos notáveis e sinais de auxílios à navegação.

QUESTÃO 40

Em relação à NORMAM-09/DPC, assinale a opção INCORRETA.

- (A) O Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) deve ser instaurado imediatamente ou até o prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que um dos Agentes da Autoridade Marítima houver tomado conhecimento do acidente ou fato da navegação.
- (B) Não cabe a instauração de Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) no caso de Acidente ou Fato da Navegação envolvendo navio da Marinha do Brasil, exceto se empregado em atividade comercial.
- (C) A convocação de depoente será realizada por meio de Notificação ou Requisição (no caso de ser o "notificado" militar ou servidor público civil), assinada pelo Encarregado do Inquérito, para que compareça à Capitania, Delegacia ou Agência no dia e hora designados, a fim de ser inquirido na qualidade de testemunha.
- (D) O Inquérito Administrativo sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) deverá ser concluído, por meio de relatório circunstanciado, no prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da data de sua instauração até a ciência e o "de acordo" do Capitão dos Portos ou Delegado.
- (E) Compete ao Comandante e ao Prático comunicar à Autoridade Marítima qualquer alteração ocorrida na sinalização náutica de auxílio à navegação, bem como os acidentes e fatos da navegação ocorridos com sua embarcação ou de outrem.

QUESTÃO 41

De acordo com a NORMAM-26/DHN, quem é o representante da autoridade marítima responsável por licenciar a implantação e autorizar a operação de um serviço de tráfego de embarcações - *Vessel Traffic Services* (VTS) no Brasil?

- (A) Diretor de Portos e Costas.
- (B) Diretor de Hidrografia e Navegação.
- (C) Diretor-Geral de Navegação.
- (D) Diretor do Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego.
- (E) Diretor do Centro de Hidrografia da Marinha.

QUESTÃO 42

De acordo com a NORMAM-26/DHN, assinale a opção que apresenta uma atribuição do gerente do serviço de tráfego de embarcações - *Vessel Traffic Services* (VTS).

- (A) Garantir que o VTS não seja operado em conformidade com seu propósito e com estas normas.
- (B) Garantir que sejam observados os padrões estabelecidos pela Autoridade Ambiental para qualificação de pessoal, equipamentos e sistemas a serem empregados no VTS.
- (C) Providenciar a divulgação em jornal local das alterações do serviço.
- (D) Garantir que os serviços a serem prestados na área VTS estejam disponíveis nos horários, mesmo que não seja o de funcionamento da estação.
- (E) Garantir a harmonização do VTS com a rede de auxílios à navegação local e demais serviços aliados.

QUESTÃO 43

Segundo a NORMAM-07/DPC, como é denominada a ação técnico-administrativa, eventual ou periódica, pela qual é verificado o cumprimento de requisitos estabelecidos em normas nacionais e internacionais, referentes à prevenção da poluição ambiental e às condições de segurança e habitabilidade de embarcações e plataformas?

- (A) Inspeção naval.
- (B) Perícia.
- (C) Vistoria.
- (D) Inspeção de controle pelo Estado do porto.
- (E) Inspeção de controle pelo Estado de bandeira.

QUESTÃO 44

A quem cabe divulgar, anualmente, o Programa de Cursos e Estágios do Ensino Profissional Marítimo, conforme previsto no art.42 do decreto nº 94.536/87?

- (A) Diretoria de Portos e Costas.
- (B) Diretoria de Hidrografia e Navegação.
- (C) Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.
- (D) Capitania dos Portos do Rio de Janeiro.
- (E) Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar.

QUESTÃO 45

De acordo a NORMAM-30/DPC, o órgão de execução oferece informações essenciais ao controle e ao aperfeiçoamento do Ensino Profissional Marítimo (EPM), mediante o preenchimento de dois relatórios: Relatório de Curso de Aquaviário (RECO) e o Relatório de Disciplina (REDIS). Assim, em qual prazo o RECO deve ser elaborado no SISGEPM?

- (A) Até cinco dias antes da conclusão do curso.
- (B) Até cinco dias após a conclusão do curso.
- (C) Até dez dias após a conclusão do curso.
- (D) Até dez dias antes da conclusão do curso.
- (E) Até quinze dias após a conclusão do curso.

QUESTÃO 46

Segundo a NORMAM-24/DPC, a quem ficarão vinculadas as empresas interessadas em realizar o credenciamento, durante todo o processo, desde a inscrição para o credenciamento até a efetivação do curso ou treinamento?

- (A) Capitania (CP)/Delegacia (DL)/Agência (AG).
- (B) Diretoria de Portos e Costas.
- (C) Comando do Distrito Naval.
- (D) Diretoria-Geral de Navegação.
- (E) Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.

QUESTÃO 47

O decreto nº 8.033/13, em seu capítulo III, trata sobre a autorização de Instalações Portuárias. Nesse contexto, assinale a opção que apresenta o prazo previsto para o início da operação da instalação portuária, contado da data da celebração do contrato de adesão, prorrogável a critério do poder concedente.

- (A) Até dois anos.
- (B) Até três anos.
- (C) Até cinco anos.
- (D) Até dez anos.
- (E) Até quinze anos.

QUESTÃO 48

Segundo a NORMAM-10/DPC, às decisões proferidas pelos Representantes da Autoridade Marítima (Chefe do Estado-Maior da Armada/ Diretor de Portos e Costas/ Comandantes dos Distritos Navais) cabem recursos em última instância administrativa. A quem devem ser encaminhados esses recursos, respectivamente?

- (A) Do Chefe do Estado-Maior da Armada - ao Comandante de Operações Navais; Do Diretor de Portos e Costas - ao Diretor-Geral de Navegação; Dos Comandantes dos Distritos Navais - ao Comandante da Marinha.
- (B) Do Chefe do Estado-Maior da Armada - ao Comandante da Marinha; Do Diretor de Portos e Costas - ao Diretor-Geral de Navegação; Dos Comandantes dos Distritos Navais - ao Comandante de Operações Navais.
- (C) Do Chefe do Estado-Maior da Armada - ao Comandante de Operações Navais; Do Diretor de Portos e Costas - ao Comandante da Marinha; Dos Comandantes dos Distritos Navais - ao Diretor-Geral de Navegação.
- (D) Do Chefe do Estado-Maior da Armada - ao Comandante da Marinha; Do Diretor de Portos e Costas - ao Comandante de Operações Navais; Dos Comandantes dos Distritos Navais - ao Diretor-Geral de Navegação.
- (E) Do Chefe do Estado-Maior da Armada - ao Diretor-Geral de Navegação; Do Diretor de Portos e Costas - ao Comandante da Marinha; Dos Comandantes dos Distritos Navais - ao Comandante de Operações Navais.

QUESTÃO 49

Assinale a opção, que exemplifica corretamente as três fases do processo de credenciamento de instituições para ministrar os cursos ou treinamentos previstos na NORMAM-24/DPC.

- (A) Entrada da documentação na CP/DL/AG da área de jurisdição; conferência/verificação da documentação pela CP/DL/AG de jurisdição; e envio da documentação pela CP/DL/AG para a DPC, com parecer.
- (B) Envio do resultado da análise preliminar da DGN para a instituição; recebimento pela DGN da correção de não conformidades e observações apontadas na análise preliminar enviada à instituição; e vistoria de toda a estrutura do curso/treinamento.
- (C) Análise preliminar da documentação pela DPC; aprovação ou indeferimento da solicitação de credenciamento; e emissão de relatório de Inspeção Naval e publicidade da Portaria de credenciamento.
- (D) Entrada da documentação na CP/DL/AG da área de jurisdição; aprovação ou indeferimento da solicitação de credenciamento; e envio da documentação pela CP/DL/AG para a DGN, com parecer.
- (E) Envio da documentação para a DPC, com parecer; conferência/verificação da documentação pela DPC; e aprovação ou indeferimento da solicitação de credenciamento.

QUESTÃO 50

Com relação às eclusagens proibidas, de acordo com o previsto na NORMAM-02/DPC, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Embarcações em perigo de naufragar.
- (B) Embarcações que tenham cargas incorretamente estivadas, ou com os petrechos de peiação ineficientes.
- (C) Embarcações tendo cargas salientes de tal modo que possam danificar a eclusa.
- (D) Embarcações tendo correias, cabos ou outros artefatos pendentes irregularmente para o lado de fora.
- (E) Embarcações com o comprimento de regra (L) maior ou igual a 5 m que disponham de propulsão própria a motor.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva e assinhe corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2 - O tempo para a realização da prova será de **4 (quatro) horas**, incluindo o tempo necessário à redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - A redação deverá ser uma dissertação com ideias coerentes, claras e objetivas, escritas em língua portuguesa e escrita em letra legível. Caso seja utilizada letra de forma (caixa alta), as letras maiúsculas deverão receber o devido realce. Deverá ter, no mínimo, 20 linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e no máximo 30 linhas. Não poderá conter qualquer marca identificadora ou assinatura no espaço destinado à redação, o que implicará a atribuição de nota zero à redação;
- 5 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela MB;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 6 - Use caneta esferográfica preta ou azul e de material transparente para preencher a folha de respostas;
- 7 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 8 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 9 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de **120 minutos**.
- 10 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova e da Redação;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
 - e) cometer ato grave de indisciplina.
- 11 - Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) escreva seu nome em letra de forma no local indicado;
 - c) assinhe seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 12 - Procure preencher a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

- 13 - Será autorizado ao candidato levar a prova ao final do tempo previsto de realização do concurso. Ressalta-se que o caderno de prova levado pelo candidato é de preenchimento facultativo, e não será válido para fins de recursos ou avaliação.
- 14 - O candidato que não desejar levar a prova está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, no modelo de gabarito impresso no fim destas instruções. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.
- 15 - O candidato somente poderá destacar o modelo de gabarito na presença do fiscal e após terminar a prova. Caso o modelo de gabarito seja destacado sem a presença do fiscal, o candidato será eliminado.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50